

Reserva florestal da Agropalma vai comercializar créditos de carbono gerados em projeto do tipo REDD+

DIVULGAÇÃO

DESPERTANDO PARA NOVAS OPORTUNIDADES

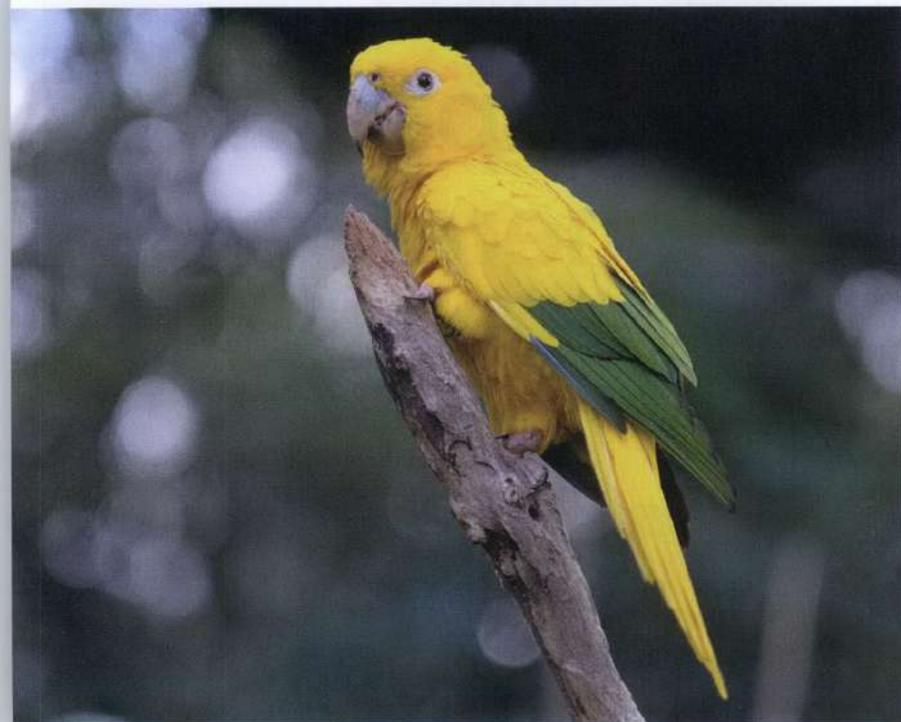
Produtores rurais começam a se interessar por projetos de geração de créditos de carbono Por Andrea Vialli

O agronegócio começa a despertar para o potencial dos projetos de créditos de carbono, apostando em um cenário de maior valorização das commodities agrícolas produzidas com baixa emissão de gases de efeito estufa e também nos ganhos de uma agricultura com foco em atributos ambientais, sociais e de governança (ESG). Além da emergência climática, que tem causado perdas com eventos climáticos extremos, o avanço regulatório com normas antidesmatamento, sobretudo na União Europeia, força a mudança de mentalidade no setor.

“Até pouco tempo atrás, o agronegócio brasileiro não havia embarcado na questão do carbono e as práticas ESG estavam restritas a um segmento exportador. O cenário mudou no pós-pandemia”, diz Yuri Rugai Marinho, CEO da consultoria Eecon Soluções Ambientais.

Na sopa de letras da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, os projetos de carbono ligados ao uso da terra entram na categoria Agricultura, Floresta e Outros Usos do Solo (AFOLU, na sigla em inglês), que podem seguir diferentes metodologias: desmatamento evitado (REDD+), restauração florestal (ARR), agricultura (ALM) e manejo florestal (IFM). No Brasil, a dominância é de projetos de desmatamento evitado (82%) e restauração florestal (16%), segundo estudo de 2023 da Aliança Brasil Nature-Based Solutions, organização que reúne empresas que atuam no mercado das chamadas soluções baseadas na natureza e analisou 50 projetos do mercado voluntário de créditos de carbono.

Com uma área de reserva florestal de 64 mil hectares no bioma amazônico, a Agropalma, que atua no



DIVULGAÇÃO

Ararajuba (Garuba guarouba), ameaçada de extinção, é endêmica na Amazônia

segmento de óleo de palma, lançou um projeto de geração de créditos de carbono a partir do desmatamento evitado em 50,5 mil hectares. A iniciativa, desenhada em parceria com a Biofílica Ambipar, ganhou o nome de projeto REDD+ Ararajuba e prevê um contrato de créditos de carbono com duração de 40 anos, com a geração de receitas da conservação a cada ano ou dois anos. A expectativa inicial é gerar créditos referentes a 671 mil toneladas de carbono por hectare/ano nos primeiros dez anos do projeto e comercializá-los no mercado voluntário brasileiro, por valores entre US\$ 10 e US\$ 15 por certificado. Segundo os cálculos da Biofílica Ambipar, a iniciativa vai evitar o desmatamento de 13,9 mil hectares em dez anos.

De acordo com Túlio Dias, diretor de sustentabilidade da Agropalma, a venda dos créditos vai possibilitar a proteção da floresta, além de promover um programa de geração de renda com as 23 comunidades que vivem próximas à área, que envolve quatro municípios no nordeste do Pará – Tailândia, Moju, Tomé-Açu e Acará. A região sofre grande pressão do desmatamento e tem histórico de degradação. “Do ponto de vista contábil, hoje a reserva é um centro de custo, mas passa a ser geradora de receitas a partir dos créditos de carbono, de forma que o desenho do projeto vai permitir o investimento dos recursos em sua conservação”, diz Dias. Hoje, o investimento anual da Agropalma em seu programa de proteção florestal é de R\$ 1,5 milhão.

Apesar da prevalência dos projetos de REDD+, que tendem a abranger áreas maiores de vegetação nativa, produtores rurais podem se beneficiar de oportunidades na adoção de práticas agrícolas de baixo carbono

e regenerativas. Essa é a proposta da Agoro Carbon Alliance, empresa de geração de créditos de carbono na agricultura da multinacional de fertilizantes Yara, que atua nos Estados Unidos e desde o ano passado está estruturando os primeiros projetos no Brasil, junto a 30 produtores do Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul. A empresa se encarrega de fornecer ao produtor rural suporte técnico para implementação de tecnologias de baixo carbono e também auxilia nas etapas burocráticas e de verificação dos créditos junto à certificadora Verra, líder global em projetos de carbono.

Segundo Evelin Krebsky, diretora da Agoro Carbon Alliance no Brasil, os agricultores brasileiros em conformidade legal já estão em uma posição de vanguarda no que tange a práticas sustentáveis, como o plantio direto, a rotação de culturas e os sistemas e integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF). “O carbono é a cereja do bolo, pois vai ajudar a aumentar a sustentabilidade financeira do produtor, além dos benefícios de produtividade e de agregação de valor ao produto agrícola”, diz Krebsky. A maioria (97%) dos projetos no Brasil são de ILPF e 3% de recuperação de pastagens.

Exemplo é a Fazendas Reunidas, do grupo Baumgart, dono da Vedacit, de shoppings e hotéis, que vai sediar um projeto de geração de créditos de carbono a partir de sistemas ILPF e regeneração de pastagens. A fazenda, localizada em Rio Verde (GO), tem 25 mil hectares, sendo 10 mil hectares voltados para soja e milho em rotação de culturas, além de 10 mil cabeças de gado bovino em sistema de confinamento. Nos últimos anos, tem investido no uso de tecnologias no campo, como drones e robôs, e também em práticas ESG. Com uma reserva de vegetação nativa de Cerrado de 6,5 mil hectares, a propriedade rural já gerou créditos lastreados em Crédito de Produto Rural (CPR) Verde, título que permite ao produtor receber por áreas de preservação ambiental em suas terras. De acordo com David Panades, administrador da Fazendas Reunidas, a geração de créditos de carbono a partir das práticas agroecológicas deve permitir custear a recuperação de pastos degradados em uma perspectiva de expansão da agricultura e pecuária na empresa. “O mercado, sozinho, não precifica melhor o produto com baixa emissão de carbono. Mas vimos que nossas práticas são elegíveis para gerar créditos.”

Para Maria Christina Motta Gueorguiev, líder da área ambiental do escritório Veirano Advogados, os produtores rurais que hoje buscam gerar créditos de carbono no mercado voluntário podem vir a se beneficiar da iminente regulamentação desse mercado no Brasil. O PL 2.148/15, que tramita na Câmara dos Deputados, cria o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), que estabelece tetos para emissões para setores da indústria intensivos em emissões e um mercado de venda de títulos. “O agronegócio pode se posicionar de forma pioneira, como um agente que contribui para a descarbonização de outros segmentos da economia brasileira”, diz.